



No Dia do Vigilante, prefeito de Feira de Santana sanciona Lei “Vigilante 24 horas”



Sessão Especial em comemoração ao Dia do Vigilante contou com participação de dirigentes sindicais de Salvador e Feira de Santana

Nesta terça-feira (20), Dia do Vigilante, os companheiro de Feira de Santana (BA) ganharam mais um motivo para comemorar: na tribuna da Câmara Municipal, durante sessão especial comemorativa do Dia do Vigilante, o prefeito José Ronaldo sancionou a Lei 3.710/2017, que prevê contratação de segurança armada em instituições bancárias e cooperativas de créditos 24 horas por dia, sete dias por semana, inclusive aos domingos e feriados. A Sessão foi proposta pelo vereador Luiz Augusto, o Lulinha, que também é autor do PL Vigilante 24 Horas.

O presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura, foi o

palestrante convidado e falou sobre as lutas, compromissos e desafios da categoria para se organizar e buscar valorização. Boaventura destacou que, apesar dos riscos da profissão – presente em todas as fases – muito se avançou ao longo do tempo. “Conseguimos, junto com os bancários, que os bancos instalassem divisórias nos caixas para evitar que as pessoas que sacassem grandes somas fossem assaltadas quando saíssem”, exemplificou.

O vice-presidente do Sindicato dos Vigilantes de Feira de Santana, Juracy Mendes da Conceição, também falou aos convidados e destacou um pouco da história da entidade, o



Presidente da CNTV, José Boaventura recebeu placa em homenagem ao Dia Nacional do Vigilante

perfil profissional, e agradeceu ao vereador Luiz Augusto pelo empenho e trabalho para valorizar a categoria de vigilantes. “Temos quatro leis

de sua autoria”, destacou Conceição. “Eles (os vigilantes) estão expostos para que as pessoas sintam-se seguras”, afirmou o vereador.

Dirigentes sindicais do Sindicato dos Vigilantes da Bahia (Sindvigilantes/BA) e do Sindicato dos Vigilantes de Feira de Santana também participaram da Sessão Especial. Ao final da sessão, Boaventura recebeu uma placa em homenagem aos vigilantes pelo Dia.

Fonte: CNTV

Sindicato de Campina Grande (PB) denuncia irregularidade em contratação

O presidente do Sindicato dos Vigilantes de Campina Grande, Edmir Bernardo, disse que as empresas que prestam serviços de vigilância durante o Maior São João do Mundo estão irregulares.

Em entrevista à Rádio Campina FM, o sindicalista disse que para prestar serviço, a empresa precisa estar regulamentada na Polícia Federal, e os seguranças devem ter um curso de extensão específico para eventos de grande porte.

Segundo ele, em Campina Grande, nenhuma empresa da área possui profissionais com esta especialidade.

Por esta questão, ele revelou que no último dia 6 encaminhou ofício para a PF e à Delesp, que é a Delegacia de Controle de Segurança Privada, para realizarem fiscalização no local.

– Comunicamos a irregularidade à Polícia Federal com medo de acontecer algum sinistro com os vigilantes, e depois sair a notícia que o sindicato

foi omissa. Para fazer aquele serviço a Prefeitura ou a Aliança deveria ter contratado uma empresa especializada no serviço de vigilância e em eventos de grande porte – disse ele.

Edmir ressaltou que há quatro anos, os vigilantes que trabalham durante o festejo junino da cidade não são regulamentados e que é preciso que a Prefeitura faça uma licitação para a contratação, pois os direitos dos trabalhadores também têm que ser resguardados.

– Um evento grande como este tem que colocar uma empresa de vigilância credenciada, tudo certo, mas já faz uns quatro anos que a empresa de vigilância regulamentada pela Polícia Federal não faz mais aquele serviço. Se fosse empresa de vigilância, os profissionais deveriam ter seguro de vida, pois é obrigatório; ticket alimentação; carteira assinada, mesmo sendo apenas por trinta dias ou contrato diligencial – ressaltou.

Fonte: Paraíba Online

Vigilantes do Maranhão comemoram seu dia com grande festa realizada pelo Sindicato



Sindicato preparou evento com diversas atrações para comemorar o Dia Nacional do Vigilante

Vigilantes e seus familiares puderam aproveitar o sábado (17) com uma grande festa realizada pelo Sindicato dos Vigilantes do Maranhão (Sindvig-MA) em comemoração ao Dia Nacional do Vigilante. Na sede social do Sindvig-MA, os participantes aproveitaram um dia com campeonatos de futebol, música e sorteio de brindes.

Mais de mil vigilantes estiveram presentes. Os grupos musicais “Os Manos” e “Resenha do Samba”, além do bumba boi “Brilho do Amanhecer” garantiram a animação dos presentes. Foram sorteados refrigerador, TV Led, Forno Micro-ondas, Lavadora, entre outros

brindes.

“O Sindicato está sempre atento às necessidades da categoria e encaminhando lutas para garantir mais conquistas e reconhecimento aos vigilantes, mas também faz parte do nosso compromisso com os vigilantes proporcionar momentos de lazer como esse, reconhecendo a importância de cada um deles”, afirmou o secretário Geral da entidade, Daniel Pavão.

Fonte: CNTV

Junho de Lutas tem prisão de dirigente em Brasília

CUT Brasília repudia criminalização do movimento sindical



Momento da prisão do companheiro Oton foi fotografada e provam a injustiça cometida

Mais uma vez, os reflexos do golpe parlamentar instaurado no país são presenciados em nova ação truculenta da Polícia Militar. Durante assembleia realizada nesta terça-feira (20) pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais no DF (Sindisep), o companheiro Oton Pereira, secretário geral da entidade, recebeu injustamente um mandado de prisão.

A mobilização pacífica que acontecia no tradicional espaço do servidor, localizado próximo ao Ministério do Planejamento, foi interrompida por agentes da PM. Eles alegaram que a assembleia era ilegal, por ser proibida a utilização de carro de som em frente a prédios públicos.

A CUT Brasília entende que a ação foi um desrespeito aos servidores que, há anos, realizam suas atividades no local.

Para o secretário geral da CUT Brasília, Rodrigo Rodrigues, o acontecido foi um ataque proposital. “O que houve com o companheiro Oton é parte da criminalização dos movimentos sociais que está acontecendo, em especial, com o movimento sindical. Este é o mais claro reflexo do extremo período de exceção democrática que estamos vivendo. A violência por parte da polícia tem aumentado significadamente e pode ser vista nas últimas manifestações. Uma afronta a um de nossos companheiros e também contra toda classe

trabalhadora”, afirmou.

Já para o secretário de Finanças da CUT Brasília, Julimar Roberto, é fundamental repudiar e não aceitar tais episódios. “O ato dos servidores foi legítimo. Estavam exercendo um direito e foram acuados desta maneira. A polícia fascista, a mando do governador Rodrigo Rollemberg, tenta a todo custo criminalizar o movimento. Em um país que se diz democrático é inadmissível impedir que trabalhadores utilizem os espaços públicos”, explicou.

Após prestar depoimento, o companheiro Oton foi liberado, porém foi autuado por desobedecer a uma ordem policial. “O Espaço do Servidor é um espaço tradicional de atos da classe trabalhadora e da categoria de servidores públicos federais. A proibição da realização da assembleia e a prisão de um dirigente sindical remete aos tempos da total falta de direitos políticos. São resquícios de uma ditadura mal resolvida e da existência de uma Polícia Militar como tropa de vigilância social ostensiva. A CUT Brasília reitera o posicionamento contrário a ação arbitrária da polícia, e reafirma que a luta contra retrocessos e a retirada de

direitos continuará firme. Toda solidariedade ao companheiro Oton Pereira”, concluiu Rodrigo Rodrigues.

Fonte: CUT Brasília

Fala CNTV

A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) repudia mais esse ataque ao movimento sindical e presta solidariedade ao companheiro Oton, que injustamente foi preso, acusado de realizar uma assembleia ilegal, por ser proibida a utilização de carro de som em frente a prédios públicos. “A prisão do companheiro não é um desrespeito apenas contra ele, mas sim contra toda a categoria que seu sindicato representa, contra todos os trabalhadores e contra o movimento sindical, que luta incansavelmente para garantir mais direitos para a classe trabalhadora”, afirmou o secretário de Finanças da CNTV, Jervalino Bispo.

Fonte: CNTV



Reforma trabalhista deve ser votada na CCJ no dia 28

Segundo presidente do Senado, Eunício Oliveira, somente plenário da casa pode arquivar de vez o texto



Senadores comemoram derrota de Temer na CAS. Parecer de Paim, e não o de Ferraço, seguirá para a CCJ

Apesar de rejeitada por 10 votos a 9 na Comissão de Assuntos Sociais, a reforma trabalhista vai a votação no Plenário, que é quem tem a palavra final sobre o tema, como explicou o presidente do senado, Eunício Oliveira.

A vitória da oposição nessa terça-feira não significa o fim da reforma proposta pelo governo. Somente o plenário, com os 81 senadores, pode arquivar de vez o texto.

Mas antes, a reforma trabalhista vai ser analisada pela CCJ, a Comissão de Constituição e Justiça. A previsão do relator na comissão, senador Romero Jucá, do PMDB, é ler o parecer favorável ao texto nesta quarta-feira e votar no dia 28, na próxima semana. Se rejeitado na CCJ, cabe recurso, o que levaria também a reforma ao plenário.

Líder do governo, o senador Jucá disse que vai apresentar um requerimento para dar prioridade aos pareceres favoráveis a reforma trabalhista.

Com isso, o parecer contrário à reforma, aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, fica como última opção no plenário. Jucá disse ainda que vai apresentar um pedido de urgência para que, se houver alterações no projeto, ele não precise retornar às comissões do Senado.

Mas caso os senadores mudem algum ponto do texto, a reforma volta para a Câmara dos Deputados.

Fonte: Radioagência Nacional

O QUE NÃO TE CONTARAM SOBRE A REFORMA TRABALHISTA

Se o empregado tiver nível superior e receber salário igual ou superior a R\$ 11.062,62, seu contrato poderá prever direitos inferiores aos assegurados por lei aos demais empregados.

NOVO ART. 444, PARÁGRAFO ÚNICO:

A livre estipulação a que se refere o *caput* deste artigo aplica-se às hipóteses previstas no art. 611-A desta Consolidação, com a mesma eficácia legal e preponderância sobre os instrumentos coletivos, no caso de **empregado portador de diploma de nível superior e que perceba salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.**



ASCOM (MPT-DF/TO)

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF